

Empresas pedem por salário e gratificações a Delfim

BRASÍLIA (O GLOBO) — Os presidentes das maiores empresas estatais solicitaram ontem ao Ministro do Planejamento, Delfim Netto, em reunião de mais de três horas no Palácio do Planalto, que não limitasse a 13 os salários anuais concedidos pelas estatais. Foi pedido também o abrandamento das restrições às gratificações, alterando a última versão da minuta de decreto-lei que muda a política de pessoal das empresas públicas.

Participaram da reunião, iniciada às 17hs e encerrada às 21hs, ao lado do Secretário de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada, os presidentes do Banco do Brasil, Osvaldo Colin, da Petrobrás, Shigeaki Ueki, da Companhia Vale do Rio Doce, Eliézer Baptista, da Telebrás, General Alencastro e Silva, da Siderbrás, Henrique Brandão Cavalcanti, e o Diretor-Financeiro da Eletrobrás, Massato Yokota.

Às 20h50m, um datilógrafo do Ministério do Planejamento foi convocado às pressas ao Gabinete de Delfim, no Palácio, para redigir o que se prevê venha a ser o texto definitivo da minuta de decreto-lei mudando a política de pessoal.

A informação de que os dirigentes

das estatais solicitaram a não limitação dos salários a 13 e medidas que abrandassem as restrições às gratificações foi dada por Shigeaki Ueki, cuja empresa paga 14,5 salários aos seus funcionários. Eliézer Baptista revelou que a reunião não se limitou apenas à discussão do decreto-lei, embora o assunto fosse o tema dominante, mas tratou também dos cortes nos investimentos das maiores estatais.

Osvaldo Colin disse, por sua vez, que se viesse a prevalecer a última versão do decreto-lei, haveria um corte de 25 por cento nos gastos com pessoal do Banco do Brasil, já que é exatamente este percentual que representa a participação das gratificações na folha de pagamento do BB.

Técnicos que trabalham na elaboração do pacote das empresas estatais afirmaram ontem que, além das pressões políticas que levaram a várias versões do decreto-lei e a um grande abrandamento dos dispositivos nele contidos, pesaram também, nas mudanças, dificuldades práticas para implementação das restrições, em face da extrema diversidade da política de pessoal das estatais.